



www.LeisMunicipais.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 1.012/2.023

"Altera a Lei nº 891, DE 19 DE JANEIRO DE 2016, que Institui a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP no Município de Augusto de Lima/MG e Contém Outras Providências. "

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 08/2.023.

O Povo de Augusto de Lima, Estado de Minas Gerais, através de seus representantes no Poder Legislativo, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei introduz alterações na Lei Municipal nº 891 de 19 de Janeiro de 2016, que institui a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP e dá outras providências.

Art. 2º A redação do artigo 4º Lei Municipal nº 891 de 19 de Janeiro de 2016 passa a ser a seguinte:

"Art. 4º A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública será calculada, em base mensal, sobre o valor do consumo de energia elétrica do contribuinte, incluídos todos os impostos estaduais e federais incidentes, bem como todos os acréscimos na conta de energia elétrica decorrentes de incidências de bandeiras tarifárias, conforme a seguinte tabela:"

CLASSE:	RESIDENCIAL
Consumo mensal (kWh)	Percentual do valor total pago de energia elétrica
0 - 50	0,00
51 - 100	8,0 %
101 - 200	9,0 %
201 - 300	10,0 %
Acima de 300	12,0 %

CLASSE:	RURAL
Consumo mensal (kWh)	Percentual do valor total pago de energia elétrica
0 - 300	0,00
Acima de 300	10,0 %

CLASSE:	COMERCIAL E INDUSTRIAL
Consumo mensal (kWh)	Percentual do valor total pago de energia elétrica

0 - 30	9%
31 - 50	10,5
51 - 100	12,0 %
101 - 200	13,5,0 %
201 - 300	15,0 %
Acima de 300	18,0 %

§ 1º No caso previsto no Art. 4º, o valor da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública das propriedades imobiliárias de imóvel urbano, edificado ou não e que não disponha de ligação regular de energia elétrica, será de R\$ 1,00 (um real) por metro de testada do terreno por mês.

§ 2º O percentual a ser cobrado sobre o valor total do consumo de energia elétrica a título de CIP conforme descrito na tabela constante no caput valerá para os contribuintes residenciais, rurais, comerciais e industriais.

Art. 3º Fica introduzido o artigo 5-A na Lei Municipal nº 891 de 19 de Janeiro de 2016, com a seguinte redação:

"Art. 5-Aº - Caso o município venha a celebrar contrato de concessão para a prestação do serviço de iluminação pública, os valores arrecadados com a CIP passarão, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, a ser depositados em conta especial de garantia, destinada a pagar a energia elétrica relativa à iluminação pública e os haveres pecuniários da concessionária desse serviço."

Parágrafo único. Fica delegada à instituição financeira que o município eleger, a prerrogativa de pagamento dos custos descritos no caput, mediante atestado liberatório de pagamento a ser emitido pelo secretário municipal titular da secretaria gestora dos serviços de iluminação pública.

Art. 4º A aplicação dos termos da presente Lei fica vinculada à completa execução do investimento especificado no objeto contido no Plano de Negócios da parceria público privada a ser contratada pelo município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação, observado o vacatio legis constitucional, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta pertencer, que a cumpra e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Augusto de Lima (MG), 19 de Junho de 2.023.

Fabiano Henrique dos Passos
Prefeito Municipal de Augusto de Lima/MG

Nilcilane Aparecida de Oliveira
Secretária Interina

Sanção

Sanciono a Proposição de Lei nº 10/2023 que "Altera a Lei nº 891, DE 19 DE JANEIRO DE 2016, que Institui a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP no Município de Augusto de Lima/MG e Contém Outras Providências. "

Transformando-a na Lei Municipal nº 1012/2023.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta pertencer, que a cumpra e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Augusto de Lima, 19 de Junho de 2.023.

Fabiano Henrique dos Passos
Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 19/06/2023